

Governador Valadares e Sertões do Leste: recortes temporais resultantes da tensão entre processos de ordem vasta e de ordem local

Prof. Dr. Weber Soares
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Os marcos orientadores do fazer geo-histórico servem neste texto ao propósito de trazer à luz uma periodização de caráter exploratório sobre a história dos Sertões do Leste com base na dialética mobilidades-territorializações.

Palavras-chave: Geo-história; Epistemologia territorial; Mobilidades; Territorializações; Periodização.

Abstract:

In this work the key fundamental principles of Geo-history serve to elaborate a periodization of exploratory feature about the history' eastern part of the state of Minas Gerais based on dialectic between mobility and territorialisation.

Key-Words: : *Geo-history. Territorial epistemology. Mobility. Territorialisation. Periodization.*

weber@geo.igc.ufmg.br

1- Introdução

No significado ontológico do território ancora-se a epistemologia territorial; ela retira do diálogo/tensão entre os processos de ordem local e os de ordem vasta sua força heurística: realidades de espaço e lugar responderiam, então, por incontáveis genealogias processuais em virtude de constrangimentos que essas mesmas realidades impõem a processos de ampla escala. O caráter incerto, contingente e inesperado das dinâmicas socioespaciais e a matriz de possibilidades continente de trajetórias de iniciativa e autonomia fundamentam-se nesse diálogo.

A inteligência sobre o diálogo entre interesses de ordem local e de ordem vasta, entre mobilidades e territorializações nos Sertões de Leste e, por inserção escalar, no município de Governador Valadares sumariza a ordem de preocupações que, na consecução deste texto, movimenta o conhecer. As chaves de leitura garimpadas no referencial teórico sobre a Geo-história² e os parâmetros que servem para avaliar o fazer típico desse campo do saber dá suporte à elaboração da breve história socioeconômica dos Sertões de Leste com o propósito de trazer à luz uma periodização de caráter exploratório que se fundamenta na dialética mobilidades-territorializações.

2. O fazer geo-histórico

À concepção de Mitchell de que a geografia-histórica seria uma compilação solta e eclética de investigações que constituem um amplo mistério, Philo contrapõe o princípio epistemológico de que a “... complexa geografia do mundo está estreitamente ligada ao que acontece em sua história” (PHILO, 1996, p. 270). A admissão de que um punhado de fatores geográficos – as características econômicas e políticas de determinada região, a coordenação de pessoas em diferentes lugares e o movimento de pessoas e de informações pelo espaço – são fundamentais à criação de pedaços de história significa enaltecer a sensibilidade geográfica em face de um arraigado historicismo, “... de uma tendência que os estudiosos de quase todos os credos têm de interpretar o mundo social à luz de relações temporais, isto é, de cadeias de causas e efeitos que se perseguem ‘através dos anos’” (PHILO, 1996, p. 271).

A diversidade da história é o que Foucault salienta com essa imagem; e o desenvolvimento de uma sensibilidade geográfica constitui condição fundamental para captar essa diversidade, para explicitar as articulações entre estratégias espaciais e práticas disciplinares. Deixar que a sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo dos fenômenos do passado não significa aceitar que esse passado possa ser reduzido às complexidades da sua Geografia, mas sim admitir que a distribuição espacial/territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam fazem uma diferença crucial na constituição da história. A diversidade natural, imposta pela variedade dos quadros físicos do planeta, vai sendo alterada pela ação humana. Essa ação humana (trabalho acumulado) intensifica as singularidades locais. Logo a intenção que move o explicitar a territorialidade dos fenômenos é a de revelar as singularidades, as particularidades desses mesmos fenômenos: os constrangimentos advindos do meio natural e do construído acabam por conferir às relações próprias de um sistema socioespacial tonalidades específicas (SOARES, 2013).

Que tipo de epistemologia caberia esperar do esforço intelectual que se orienta para essa estreita conexão entre a história e a geografia do mundo cuja apreensão exige o lapidar de uma sensibilidade geográfica? Em que medida e por que a ambição interpretativa da genealogia dos processos deveria se ocupar do papel do território nas dinâmicas socioespaciais? A epistemologia do território, segundo Reis (2005), equivale à formulação responsiva a essas duas questões. A razão de ser do que acontece em cada território; o motivo pelo qual alguns territórios atraem e outros repelem certos processos socioespaciais, o porquê de alguns deles comportarem dinâmicas reconhecidas pelo nome de desenvolvimento e outros de atraso, obrigam a interpelar o território, a reconhecê-lo como variável necessária à compreensão das realidades socioeconômicas (REIS, 2005). Essa ambição interpretativa que confere proeminência a determinados estudos territoriais trata tanto da “... mobilidade dos fatores de produção (as pessoas, os bens e os capitais deslocam-se no espaço) quanto da genealogia dos processos, visto que estes ocorrem em lugares, quer dizer, originam-se e desenvolvem-se em circunstâncias concretas, identificáveis e diferenciadas” (REIS, 2005, p. 2).

Se para responder à interrogação sobre a mobilidade dos fatores basta considerar o território como suporte de localizações, a interpelação genealógica dos processos implica considerar campo radicalmente novo, significa atribuir ao território “... papel activo, uma ação interveniente nos processos que se pretendem analisar” (REIS, 2005, p. 2); daí a exigência de uma epistemologia territorial. Essa epistemologia, por reconhecer a estreita ligação entre o território e o funcionamento dos sistemas e das dinâmicas coletivas, implica

“... uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos colectivos, sobre o papel desempenhado pelos actores neles intervenientes (a sua acção volitiva e as possibilidades de ela se exercer efectivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre actores e processos de diferentes escalas espaciais” (REIS, 2005, p. 3).

A epistemologia do território consiste, portanto, no exame dos fundamentos do problema referente à natureza da conexão entre os processos de ordem vasta e de ordem local e de uma “interpretação capaz de acolher um conceito de território que responda às perguntas sobre o seu papel nas dinâmicas sociais” (REIS, 2005, p. 4). Em face das seguintes questões: seriam os indivíduos e os espaços em que eles se situam funcionalmente determinados pelas necessidades e práticas de entidades que os transcendem?; haveria mecanismos de coordenação que dotam os atores sociais de vocabulários, poderes e utensílios que lhes facultam concretizar objetivos?; o lugar do território se revela na resposta concernente à última questão (REIS, 2005). É na tensão entre os fatores de ordem local e os de ordem vasta, quer dizer, entre os processos socioeconômicos localizados, assentes em dinâmicas e em atores cuja ação se torna possível por interações de proximidade (territorializações), e a mobilidade de fatores produtivos independentes de condições territoriais concretas que o território desponta como utensílio cognitivo relevante para a compreensão de certos processos coletivos (mobilidades) (REIS, 2005). Para a consecução de uma epistemologia territorial é preciso reconhecer que as territorialidades não são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis, bem como admitir a existência de uma tensão entre mobilidades e territorializações que se obriga a equacionar, que a esses dois processos confere força e poder.

Consentir nessa tensão significa incluir na interpretação do território “... o poder que ele incorpora, as inter-relações e actores que o formam, as iniciativas que ele gera e as transformações a que ele obriga” (REIS, 1995, p. 5).

Como dimensão epistemológica que estrutura a perspectiva interpretativa sobre a genealogia dos fenômenos sociais, o território e suas relações heterônomicas constituem os marcos nos quais a questão do poder e as relações desiguais se inscrevem. Expressão e produto das interações protagonizadas por atores em contextos de proximidade e co-presença, o território “... é um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença, que confere natureza incerta, contingente e inesperada à genealogia dos processos” (REIS, 1995, p. 16). As estruturas materiais, caracterizadas pelo polimorfismo estrutural, não se diluem em espaços abertos, deixam lugar aos territórios, porque não se moldam linearmente por relações construtivistas abstratas, não cedem inermes a processos relacionais reprodutores de relações heterônimas, implicam, enfim, um mundo que é pleno de forma e diversidade. Esse polimorfismo do mundo... “... está inscrito em interações, aprendizagem, instituições, culturas práticas, poderes que configuram territórios nos quais se mapeiam relações, distribuem-se poderes e constroem se incessantemente possibilidades e contextos. Sem que esses territórios desapareçam. Apenas se transformam” (REIS, 1995, p.18).

Em síntese, admitir que os territórios possuem valia própria, que são eles elementos radicais do conhecimento das dinâmicas sociais e das formas de estruturação das sociedades, que produzem diferenciações dentro de ordens mais vastas exige, para Reis (1995), o compromisso com três idéias fundamentais:

1. os territórios não são a simples expressão da produção de escalas do Estado, do mercado, dos sistemas socioeconômicos mais amplos; não são apenas canais de reprodução de ordens mais vastas. Eles possuem “... condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) societais” (REIS, 1995, p. 3), daí sua materialidade, seu significado ontológico, não são anulados pela produção social das escalas;

2. a relação entre mobilidades e territorializações é muito mais do que uma justaposição de fatores que influenciam as dinâmicas econômicas; é uma tensão que reclama o polimorfismo estrutural, que sugere a existência de espaços estruturais de autonomia e iniciativa, que reafirma a “... noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo” (REIS, 1995, p. 10); e

3. para entender o poder, é preciso “... contrapor às visões lineares do poder a ideia de morfologia do poder e ao desenvolvimento funcionalista a noção de polimorfismo social” (REIS, 1995, p. 18).

Esse referencial teórico elaborado por Philo e Reis fornece concepção mais precisa do que vem a ser Geo-história, de sua força heurística e da taxonomia de atenções que deve instruir o olhar quando se tem em conta o fazer geo-histórico. Chave epistemológica de leitura de processos socioespaciais pretéritos e contemporâneos, os princípios da Geo-história aplicados a tais processos demandam, em especial quando se tem em vista a genealogia deles, interpretações de certa ordem; e, por isso mesmo, servem para conferir às interpretações relativas a fatos históricos quaisquer o caráter de esforço teórico e substantivo pertencente à arena da história “especializada”. Assim, a breve reconstituição da história dos Sertões de Leste, e nele Valadares, orienta-se, na seqüência, segundo tais princípios com o fito de recolher os elementos do diálogo/tensão entre os interesses de ordem vasta e os de ordem local que aí se sucederam ao longo do tempo.

3 "... no início dos anos 1700 a Metrópole portuguesa, por censo fiscal, criou as zonas proibidas do rio Doce, a fim de coibir o contrabando de ouro do planalto para o litoral espírito-santense" (FONSECA, 1985, p. 24).

3. Elementos do diálogo entre ordem local e ordem vasta nos Sertões de Leste

Os Sertões de Leste abrangiam as áreas correspondentes ao que se conhece hoje por Vale do Mucuri, do Rio Doce, do Jequitinhonha e parte da Zona da Mata. Data de 1572 a primeira expedição que em busca de ouro e pedras preciosas embrenhou-se por esses sertões: Sebastião Fernandes Tourinho partiu de Porto Seguro, subiu o rio Doce rumo à nascente norte do rio Suaçuí Grande e chegou ao Serro. Entre 1596 e 1614, Marcos de Azevedo, seguindo as trilhas deixadas por Tourinho, transpôs o rio Doce e atingiu a nascente do Suaçuí Pequeno (FONSECA, 1985). Todavia, nenhum núcleo permanente de povoamento originou-se dessas expedições; e os Sertões de Leste permaneceram praticamente intocados até a segunda metade do século XVIII, quando os índios botocudos, "... afugentados pelas correntes imigratórias vindas do litoral da Bahia e do Espírito Santo...", passam a ocupar as matas e a dominar as águas do rio Doce (SIMAN, 1988, p. 20).

A vigilância exercida pelos índios sobre o rio Doce, porta aberta para o mar, conformou-se aos interesses de controle³ da Metrópole sobre os acessos às áreas de mineração: para evitar o contrabando de ouro e pedras preciosas, foram coibidas não só a ligação pluvial, mas todo o tipo de ligação viária, entre a capitania e a província (FONSECA, 1985, p. 24). Assim, permanecia, no alvorecer do século 19, "... um lugar do estranho, habitado por quem não participava da lógica da colonização: índios, aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas, predadores de índios, caçadores e coletores, posseiros brancos pobres, mestiços e negros livres, quilombolas" (ESPINDOLA, 2005, p. 75).

Nas primeiras décadas do século XIX, outros interesses passam a orientar uma solução para a economia mineira e, em especial, as relações socioespaciais com os Sertões de Leste. O esgotamento das minas de ouro, as frustradas tentativas de descoberta de outros veios auríferos, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a Independência do Brasil, a expansão das exportações de café e as mudanças estruturais que ocorriam na esfera internacional com a consolidação do sistema capitalista sob a hegemonia inglesa conduzem a ocupação efetiva do território florestal das bacias dos rios Pomba, Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Visto como terra da promessa, como solução para o declínio do ouro de Minas Gerais, o inculto sertão do rio Doce, precisa, na ordem das preocupações da Metrópole, ser transformado em fonte de riqueza (ESPINDOLA, 2005).

Uma aspiração de ordem vasta motiva, em essência, a conquista e a abertura das áreas de floresta do sertão do rio Doce: colocar a economia mineira em contato com o mercado mundial (ESPINDOLA, 2005). Ora, em face dos obstáculos que a geografia levantava à comunicação com as terras do flanco oriental mineiro, dominado por mares de morro, serras e escarpas, o rio Doce surge como "... caminho 'geograficamente mais aconselhável' para colocar Minas em contato com o mar" (ESPINDOLA, 2005, p. 104), para garantir o povoamento dessas terras e retirá-las do isolamento. Todavia, o cenário promissor que poderia advir da navegação fluvial não se concretizaria sem que as margens do rio Doce fossem desocupadas pela expulsão dos botocudos.

De guardiões das portas de acesso ao leste de Minas, os botocudos passam à condição de ocupantes indesejáveis de um território articulado num patamar de novos interesses. As linhas da política indigenista são claras:

"O aprisionamento, a escravidão, a domesticação e o extermínio dos índios botocudos, ao lado da concessão de terras e de outros atrativos foram vistos pelo poder central como medidas necessárias ao sucesso da colonização das temidas terras do Vale do Rio Doce. O desenvolvimento da agricultura e do comércio deveria ser o resultado imediato desse projeto." (SIMAN, 1988:28).

A guerra ofensiva aos índios é declarada pelo príncipe regente no mesmo ano da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Assim, a política de colonização no leste de Minas, e nele o Vale do Rio Doce, fica estabelecida pelas cartas régias de 13 de maio e 2 de dezembro de 1808. A primeira criava seis divisões militares, estrategicamente distribuídas ao longo dos cursos médio e alto do rio, para guardar os colonos contra os ataques indígenas; e, a última, dispunha "... sobre a utilização do índio aprisionado como mão de obra pelos colonos, bem como sobre a concessão de terras na região do rio Doce" (SIMAN, 1988, p. 30).

Na margem esquerda do Doce, no lugar em que o rio se torna parcialmente navegável até o mar, instalou-se, em 1823, uma dessas divisões militares: o quartel Dom Manuel. Quartel esse que assumiu progressivamente as funções de porto e assistiu ao nascimento de um arraial e ao florescimento de "... ténue circuito comercial entre os sertões do leste, o litoral e o centro sul desenvolvido" (SIMAN, 1988, p. 48). Porto D. Manuel⁴, nome por que passa a ser conhecido o arraial que mais tarde, em 1884, foi elevado à categoria de Vila de Santo Antônio da Figueira - distrito subordinado ao município de Peçanha. Transformou-se no local de encontro regular das tropas que transportavam os excedentes do noroeste da bacia do rio Doce e das canoas que faziam o percurso acidentado do rio para trazer os produtos industrializados do litoral.

Essa política de colonização resultou num complexo mosaico de violência e conflitos entre brancos e índios. O produto da resistência oferecida pelos botocudos à ocupação do seu território significa que, embora "os instrumentos legais acionados pela Coroa tenham logrado atrair levas de colonos para os Sertões Leste, os resultados como um todo da política colonizadora não parecem satisfatórios" (COSTA, 1991, p. 8). Com reduzido número de habitantes, a região viveu certo isolamento até o final do século XIX.

Em face desse isolamento, a política estadual dos primeiros anos da vida republicana orientou-se para "criar um mercado interno viável, e, ao mesmo tempo, ligar os principais centros produtores às cidades portuárias" (WIRTH, citado por COSTA, 1991, p. 10). O espírito que dirige a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM vem, portanto, no bojo da vontade de consolidar o mercado interno do estado, de potencializar a exploração "... da zona futura, não obstante inóspita, de toda bacia comum a Minas e Espírito Santo" (FONSECA, 1985, p. 30).

Os trilhos da estrada de ferro chegam às proximidades de Santo Antônio da Figueira por volta de 1908. Em 1910 inaugura-se a estação ferroviária que fornece ao distrito características de entreposto comercial para mantimentos e material que deveriam ser distribuídos pela região e abastecer as frentes de trabalho ali ocupadas. Com a implantação da ferrovia, a cultura do café e a extração de madeira, produtos destinados em grande parte à exportação, vão assumindo importância econômica cada vez mais destacada na região⁵. É o prenúncio de um novo tempo: "... o tempo moderno, da vitória do mecanismo sobre a natureza. Um tempo e um espaço recriados num ritmo muito rápido; quando comparado ao das tropas e das canoas" (SIMAN, 1988, p. 67).

4 Nome dado "... em homenagem a Dom Manuel de Portugal e Castro, então governador da província de Minas" (SIMAN, 1988, p. 39).

5 Até a década de 40 a Vitória-Minas "... iria sobreviver, algumas vezes precariamente, com a renda auferida do transporte da produção agro-pastoril da região (principalmente, café e madeira), bem como do tráfego de passageiros. A ferrovia do minério de hoje deve a sua sobrevivência e transformação de regional para nacional a esta produção agrícola, que a amparou durante suas constantes crises financeiras" (ROSA, 1976, p.92).

⁶ Apesar dos reflexos da crise da agricultura de exportação do café estenderem-se por toda a década de 30, esse produto continua tendo, por intermédio da política de valorização mantida durante toda a Era Vargas (1930-1945), importância significativa para a economia da região até o ano de 1939. A participação do transporte do café na receita da estrada de ferro Vitória-Minas confirma isso; veja ROSA (1976, p. 163).

Sob os auspícios de modernidade trazidos pela ferrovia, nota-se uma profunda inflexão nos interesses que Figueira passa a despertar; a região reveste-se, cada vez mais, de atrativos para a especulação comercial, bem como para constituição de grandes latifúndios; transforma-se num convite sedutor para os que, em nome do enriquecimento fácil, "... faziam da violência recurso inseparável nas disputas pelos espaços econômicos" (COSTA, 1990, p. 12). Segundo Espíndola (2008, p. 184), duas foram as correntes de povoamento para o médio rio Doce que a EFVM ensejou:

"uma de comerciantes vindos das áreas de colonização antiga de Minas Gerais, tais como Guanhães, Peçanha, Manhauçu, Caratinga, Zona da Mata e do Espírito Santo; outra de "sertanejos" das adjacências e do norte. Também chegaram estrangeiros: italianos, espanhóis, libaneses "

Ao final dos anos de 1920, a crise da cafeicultura⁶, ocasionada pela superprodução e pela queda vertical dos preços internacionais do café, abre espaço cada vez maior, no médio rio Doce, para a exploração de produtos de origem mineral, especialmente, da mica.

Entre 1936 e 1937 realiza-se a conexão da Vitória-Minas à Estrada de Ferro Central do Brasil, o que coloca Figueira em contato direto com os grandes centros consumidores do País: Rio de Janeiro e São Paulo; fato que amplia, sobremaneira, as vantagens locacionais do distrito.

Planejada inicialmente para interligar Diamantina ao porto de Vitória, a estrada de ferro sofreu, por causa dos interesses comerciais ingleses em torno das jazidas ferríferas do centro-oeste mineiro, alteração no seu traçado original e desviou-se para Itabira. Os capitais ingleses, organizados na Itabira Iron Ore Company (Companhia de Minério de Ferro de Itabira), detentores do controle acionário da Vitória-Minas e da exploração das jazidas de ferro, tiveram, mais tarde, por não terem iniciado os trabalhos de prospecção mineral e devido à forte oposição conduzida por nacionalistas no Congresso Nacional, seus direitos de concessão exploratória cancelados em processo parlamentar homologado por Getúlio Vargas em 1931. Depois de 1939 a continuidade do projeto ficou a cargo da Companhia de Mineração e Siderurgia que incorporou a Itabira Iron; logo depois, a responsabilidade recaiu sobre a Companhia Vale do Rio Doce que, criada em 1942 pelo governo federal, comprou e anexou a companhia de mineração ao patrimônio estatal.

O desenvolvimento das atividades econômicas e da urbanização vividos por Figueira ensejaram a instauração de nova organização político-administrativa: em 15 de novembro de 1937 o interventor de Getúlio Vargas no estado, Benedito Valadares, assinou o decreto de criação do Município de Figueira do Rio Doce. (SOARES, 1983, p. 9). No ano de 1942, centrada na "... esperança de integração da região ao Estado e ao projeto de industrialização que era implementado no País..." Figueira aceitou mudar seu nome para Governador Valadares (SIMAN, 1988: p. 101). Ademais, no médio rio Doce, os problemas de saneamento básico comuns às regiões de fronteira, encontraram na instalação do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, em 1942, seu vetor de resolução. Além da malária, ponta de um problema mais amplo, havia "... grande incidência de febre amarela, leishmaniose e esquistossomose, completando o quadro preocupante de infestação de doenças" (VILARINO; GENOVEZ, 2009, p. 2).

Ora, a ferrovia simboliza o início de um ciclo carregado de preocupações modernizadoras, ou melhor, seus trilhos traziam, também, as imagens da civilização e do progresso que deveriam "... vencer a selva, dominar seus mistérios, descortinar suas riquezas, ligar a região a outros pontos do território..." dar o golpe de morte na barbárie (SIMAN, 1988, p. 54).

As décadas de 40 e 50 foram anos de prosperidade para o município. Em 1943/44, a Rio Bahia atravessa as terras do município valadarense e, ao intensificar a concentração das atividades comerciais e de prestação de serviços, confirma sua situação de pólo regional. Tal fato implica, também, uma disposição espacial que coloca Valadares no caminho das correntes migratórias originárias do Nordeste e regiões vizinhas.

A mica⁷, em virtude do aumento de demanda no mercado externo, torna-se, por ocasião da Segunda Guerra, um dos principais produtos comercializados na região, ampliando, por meio da "... exploração intensiva de várias jazidas e da criação de oficinas locais de beneficiamento...", as oportunidades de emprego para os contingentes humanos que aí se estabeleciam (SIMAN, 1988, p. 80). Ainda nesse período, a exploração de madeira vivendo ainda seu apogeu, passa ao controle de reduzido número de empresários, e "... enseja experiências de integração vertical no setor: à simples venda da madeira bruta são acrescentadas novas formas de processamento por meio das fábricas de móveis e compensados instaladas na cidade" (COSTA, 1990, p. 14).

O auge da economia valadarense deu-se na década de 50, dinamismo esse assentado no beneficiamento e na exploração da mica e do carvão vegetal e na industrialização da madeira. Todavia, o processo de desmatamento sistemático causado por essas atividades deixou livres grandes áreas que, tomadas pelo capim-colonião, indicavam a pecuária extensiva de corte⁸ como alternativa para substituir as atividades produtivas ligadas ao extrativismo mineral e vegetal. Proveniente de zonas do Mucuri e do Jequitinhonha, o gado bovino torna-se a atividade econômica mais importante (ESPINDOLA, 2008) no médio rio Doce e contribui para acentuar a tensão entre os múltiplos interesses advindos da instauração da economia capitalista:

"...posseiros foram deslocados pela força de 'especuladores de terras, madeireiros, empresas americanas de extração da mica e berilo, empresas siderúrgicas, comerciantes, profissionais liberais e outros'. Na década de 1950 os conflitos de terra tornaram-se parte do cotidiano dos atores sociais da região. Na zona de Governador Valadares, o êxodo rural crescia a cada ano, resultando numa taxa média anual negativa de 0,7% da população rural, contra o incremento positivo de 8,3% ao ano da população urbana" (ESPINDOLA, 2008, p. 185).

Os Sertões de Leste se fecham à absorção de imigrantes, ocorre a inversão do fluxo demográfico; além disso, "... o êxodo rural crescia na proporção direta da expansão da pecuária bovina e da grande propriedade. Os posseiros expulsos da terra se dirigiam para os centros urbanos ou para outras áreas de fronteira agrícola" (ESPINDOLA, 2008, p. 186).

A drástica redução da biodiversidade e da fertilidade dos solos foram as consequências do domínio do capim-colonião e da pecuária de engorda no médio rio Doce. Com a degradação das pastagens, a pecuária bovina tendeu à queda de produtividade e, conseqüentemente, viu reduzir o tamanho do rebanho. "Em meados da década de 1960 a capacidade de suporte das pastagens já apresentava queda" (ESPINDOLA, 2008, p. 192).

Assim, na década de 60, a fragilidade da economia valadarense, fundada até então no extrativismo mineral e vegetal, adquire contornos bem nítidos. A crise da mica causada pela obstrução do mercado de exportação e o esgotamento das reservas florestais, que provocam o fechamento de várias serrarias, bem como a mudança de diversas fábricas que industrializavam a madeira, davam um golpe profundo na economia do município. O desenvolvimento da pecuária de corte e leite, que ocupara o lugar de atividade econômica mais importante no território do médio rio Doce, mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra desligada das atividades produtivas relacionadas ao ciclo extrativista - décadas de 1930, 1940 e 1950 (IBAM, 1991).

7 A mica, o mais importante dielétrico conhecido na época, abastecia inicialmente a Alemanha e o Japão, depois toda a produção foi dirigida para os Estados Unidos (SIMAN, 1988, p. 113).

8 Na verdade desde o início dos anos 30 "... a queda da produção do café vinha sendo substituída, gradativamente, pela criação do gado de corte e pela exploração de recursos naturais da região..." (SIMAN, 1988, p. 79).

Ora, no final da década de 70, Valadares e a região que o município polarizava ressentiam, com mais intensidade, a perda de vitalidade econômica: apenas o setor terciário tem algum alento em virtude da comercialização do gado e das pedras semipreciosas (COSTA, 1991). Daí a evasão populacional evidenciada pela desaceleração abrupta das taxas de crescimento médio anual valadarense: na década de 70, essa taxa foi de 1,9% a. a., abaixo do ritmo de crescimento vegetativo, o que representa, com referência à década anterior, uma contração de mais de 52%.

O quadro econômico municipal não se alterou nos anos 80, pelo contrário, ganha tons mais cinzas, sofre as conseqüências de uma crise econômica de envergadura nacional: nesse período, a economia brasileira, marcada pelas altas taxas inflacionárias, pela recessão e pelo desemprego, tratados na primeira metade da década por uma política severa de ajuste econômico que não logra sucesso, deixa para os anos seguintes uma inflação sem controle e uma taxa de crescimento negativa. A estrutura produtiva da microrregião de Governador Valadares não sofreu alteração significativa no período 1985/1995, apesar da troca de posições entre a atividade industrial e a agropecuária: em 1985, a indústria respondia por 13,9% e a agropecuária por 18,7% do PIB total; em 1995, o lugar de segunda maior atividade da microrregião é ocupado pela indústria, ao contribuir com 18,1% do PIB total. Com taxa de crescimento negativa nesse período, a agropecuária valadarense perde espaço também na economia estadual (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996).

No setor primário, a principal atividade continuava sendo, nos anos de 1980, a pecuária, em regime de criação extensiva, de baixa produtividade: as terras ocupadas com pastagens representavam, aproximadamente, 83% da área municipal, ao passo que apenas 7% destinavam-se à agricultura (IBAM, 1991, p. 14). Neste caso, além das dificuldades enfrentadas com os altos custos dos insumos e das precárias condições de armazenamento, os pequenos e médios agricultores viam-se prejudicados pelo reduzido índice de mecanização da produção, pela "... utilização inadequada do solo, onde os plantios incorretos, o desmatamento indiscriminado e as queimadas contribuíam para a baixa produtividade existente" (IBAM, 1991, p. 14). Quanto à produção mineral, a atividade de beneficiamento e comercialização da mica encontrava-se, praticamente, desativada. A garimpagem sobrevivia da extração dos seguintes minerais: cassiterita, tantalita, berilo, ambligonita, caulim, quartzo e pedras semipreciosas, em grande parte, destinadas à exportação.

O setor secundário, em Valadares e microrregião, exibiu, entre 1970 e 1980, níveis pouco expressivos de participação no PIB estadual – 0,8% em 1985 – (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996). As atividades industriais, com o predomínio das unidades do ramo alimentício – frigoríficos, indústrias de massas e biscoitos – absorviam reduzida quantidade de mão de obra e apresentaram pouco dinamismo (IBAM, 1991, p. 16).

O setor terciário valadarense sofria, na década de 80, os efeitos de uma saturação que fora gestada ao longo da década anterior, isto é, "... o comércio e a prestação de serviços em Governador Valadares já teriam se expandido até os limites das necessidades de atendimento da sua região de influência, não podendo, por isso, alimentar um novo ciclo expansivo" (COSTA, 1991, p. 25). De fato, os serviços constituíram a atividade predominante, entre 1985 e 1995; em trajetória levemente ascendente eles participaram com 67,4%, em 1985, e com 68,7%, em 1995, na geração do PIB total da microrregião de Valadares (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996).

Em suma, no que foi denominado de Sertão de Leste, referido em larga medida ao vale do rio Doce, as atividades econômicas se sucederam e ganharam importância em temporalidades diferenciadas: do final do século XVI até fins do século XVIII os interesses da metrópole portuguesa estavam centrados na exploração de ouro e pedras preciosas; com esgotamento das minas auríferas, ganhou corpo o interesse de estabelecer outra via de conexão da economia mineira com o mercado mundial: a expansão da fronteira agrícola, a conquista e a abertura das áreas de floresta do vale do rio Doce despontam, desta feita, como solução.

A aura de prosperidade que vai do início do século XX até a década de 1950 deita raízes em atividades específicas e admite o seguinte recorte temporal, especialmente na região polarizada por Governador Valadares: os anos 1920 e 1930 recebem dinamismo econômico do cultivo do café e da exploração da madeira; a década de 1940 da exploração, beneficiamento e exportação da mica; a década de 1950 das atividades conjuntas de exploração da mica, do carvão vegetal e da industrialização da madeira. Nos anos 1960, com a economia valadarense dando sinais de fragilidade, a pecuária extensiva de corte e leite tomou o lugar das atividades extrativistas que assinalaram o ciclo anterior. Já em fase de relativa estagnação, essa economia, na década de 1970, viu ganhar expressão o setor de comércio e serviços; e, finalmente, em meados dos anos 1980 - tendo em conta que a cada ciclo corresponde uma mercadoria que lhe dá suporte e dinamismo -, a "exportação" de mão de obra local ganhou voz e serviu como signo de denúncia desse contexto de tendências estagnantes.

Governador Valadares e sua circunvizinhança constituíram epicentro da inscrição do Brasil, nos anos 1980, em nova etapa de mobilidade espacial de sua força de trabalho, a emigração internacional. De acordo com Ministério das Relações Exteriores - MRE, os emigrantes internacionais brasileiros totalizavam, no final de 2010, cerca de 3.122.813 e assim se distribuíam: na América do Norte, o estoque de brasileiros, seria de 1.433.146; na Europa, de 911.889; na América do Sul, de 406.923; na Ásia, de 241.608; no Oriente Médio, de 40.588; na Oceania, de 53.014; na África, de 28.824; e, na América Central, de 6.821 (MRE, 2011).

A emigração internacional de Valadares segue as trilhas deixadas pelas tradicionais correntes de trabalhadores temporários oriundas da América Latina, numa fase de fechamento imposto à entrada de migrantes pelos países de destino, especialmente, pelos Estados Unidos (MARGOLIS, 1994; GOULART, SALES, 1996; NACIONES UNIDAS, 1997; MARTES, 1999). Como registram Margolis (1994), Soares (1995), Assis (1995) e Sales (1999), a região mineira que maior representação teve entre os brasileiros residentes em Massachusetts foi a valadarense: Valadares ocupou o primeiro lugar entre as dez cidades brasileiras que mais contribuíram com os fluxos migratórios internacionais (17%) para esse estado americano (MARTES, 1999). Em 1991, o estoque de emigrantes internacionais de Valadares, com idade superior ou igual a 16 anos, foi da ordem de 33.468; o que representava, tendo por base o censo de 1991, 15,9% da população encontrada na sede municipal e 14,5% da população do município (SOARES, 1995). O número de pessoas residentes no exterior em 1991, com idade entre 10 e 64 anos que moravam em Minas Gerais e na microrregião de Valadares, em 1986, estaria na casa de 176 400 e de 12 300, respectivamente. (SOARES, 2002). Os saldos migratórios estimados para o quinquênio 1981/1986 e para o decênio de 1981/1991 deixam ver que, entre 1981 e 1986, as perdas líquidas populacionais teriam sido, para Minas, de cerca de 266 mil pessoas e, para Valadares, de 23 mil. No decênio 1981/1991, as estimativas dão conta de que Minas teria tido perda líquida de 302 mil homens e 244 mil mulheres, ao passo que, em Valadares, as perdas líquidas corresponderam a 26 mil homens e 22 mil mulheres. Os respectivos quocientes das relações de cada um desses saldos com a população observada em 1991, taxa líquida de migração do decênio, revelam que, na microrregião de Governador Valadares, a população masculina era, em 1991, 14,2% maior e a feminina 11% maior; no estado, a população masculina e a feminina seriam, respectivamente, 3,9% e 3,1% maior.

A importância da migração internacional na dinâmica demográfica mineira e na valadarensis torna-se evidente pelo que ela representa no tocante às perdas líquidas ocorridas entre 1986 e 1991: no estado, a migração internacional respondeu por 62% das perdas líquidas (172 mil, de 277 mil pessoas) e, em Valadares, por 50% (12 mil, de 24mil pessoas) (SOARES, 2002).

Ademais, o dinamismo do mercado de compra e venda de imóveis em Valadares, de meados da década de 1980 em diante, não pode ser explicado sem considerar as especificidades desse fluxo migratório internacional. Segundo Soares (1995), os emigrantes responderam por 23,3% das transações com terrenos, por 53% do que se comprou de casas; por 52,6% do que foi comercializado de apartamentos e por 47,6% do que foi negociado de comércios. Para o conjunto dos objetos imobiliários, os emigrantes foram responsáveis por 35,9% do total de transações realizadas envolvendo terrenos, casas, apartamentos e comércios: mais de 1/3 de todas as operações imobiliárias entre 1984 e 1993, incluindo os extremos. Quanto ao montante aproximado de moeda estrangeira, correspondente à quantidade de imóveis adquirida pelo percentual de emigrantes, que marcou presença no mercado no período 1984-1993. Soares (1995) faz notar, pelo cruzamento das avaliações inscritas na amostra de guias do ITBI e das informações contidas na planta de valores venais do município, que eles aplicaram cerca de U\$ 153.730.000,00. Fato esse que dimensiona a importância desses investimentos para a economia valadarensis e permite inferir que o dinamismo do mercado de imóveis urbanos, em Valadares, esteve intimamente ligado às remessas derivadas da emigração expressiva de parcela da força de trabalho local, ou melhor, aos investimentos, em moeda estrangeira, realizados pelos emigrantes.

4. Conclusão

A razão de ser do acontece no território, do seu papel na genealogia dos processos constitui a ambição interpretativa dos estudos que conferem proeminência à estreita conexão entre o território, o funcionamento dos sistemas e as dinâmicas coletivas. A essa luz, a proximidade, os comportamentos relacionais e as práticas cognitivas que ela enseja, possuem natureza ontológica e não uma utilidade meramente descritiva. O processo sócio histórico de produção das escalas não é bastante para superar a materialidade territorial, o lugar que essa materialidade desfruta no condicionamento dos processos sociais (SOARES, 2013).

A tensão entre processos de ordem vasta e processos de ordem local se obriga a equacionar, todavia os primeiros não se realizam em sua plenitude, pois encontram as resistências espaço temporais produzidas noutro tempo e a oposição das dinâmicas locais coetâneas. As estruturas materiais não são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis. Não cedem inermes a processos relacionais reprodutores de relações heterônimas, elas integram um mundo pleno de forma e diversidade. Causas próximas e causas distantes, horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas), processos de ordem local e processos de ordem vasta articulam-se de forma tensional. E essa tensão relacional entre escalas processuais dá ocasião a espaços estruturais de autonomia, iniciativa, diferenciação e singularidade em face de estruturas escalares mais amplas. Por conseguinte, a epistemologia territorial lança raízes no reconhecimento de que o território tem muito a dizer sobre as dinâmicas sociais, sobre as formas de estruturação das sociedades e sobre as diferenciações que se produzem em ordens mais vastas (SOARES, 2013).

Se assim é, esse aparato teórico conceitual que prima por precisar o que vem a ser Geo história, os princípios que deveriam lastrear esse tipo de análise espaço temporal e sua preocupação central tanto com a gênese dos processos quanto com vínculos/tensões entre processos de ordem vasta e de ordem local servem para orientar o exercício de periodização que toma a dialética mobilidades-territorializações como dimensão particularizadora da história. Essa periodização de caráter exploratório admitiria, segundo a dominância dos interesses de ordem vasta e de ordem local nos Sertões de Leste, a seguinte sequência:

1. Embora os nativos da "Terra Brasilis" tivessem adquirido algumas técnicas do neolítico, como a cerâmica, uma incipiente agricultura extensiva, a tecelagem, a construção de embarcações e o controle rudimentar do fogo, de fato, viviam eles, por ocasião do descobrimento, no paleolítico - a sobrevivência deles dependia diretamente dos recursos naturais. Ademais, o nomadismo desses povos impedia a acumulação de riquezas e a associação desse nomadismo a certa recorrência dos deslocamentos espaciais perfazia o território deles. O que determinava a posse do território era a capacidade de defendê-lo; defesa essa feita por meio da guerra que, grosso modo, encontrava sua razão de ser no crescimento demográfico além dos limites da eficiência do sistema adaptativo tribal e nas ações reprováveis que quebravam a solidariedade do grupo – injúria, rapto de mulheres, vingança de amigos e antepassados presos etc. Vale admitir então que antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os Sertões do Leste experimentavam a dinâmica própria das tensões de ordem local.

2. O dinamismo e o maior grau de complexidade da economia mineradora demandavam presença mais efetiva da Coroa na Colônia. Daí a criação de um conjunto de medidas administrativas e fiscais cujo objetivo foi o de subordinar mais diretamente a região mineradora ao centro de decisões metropolitano. Para coibir o contrabando de ouro das Minas Gerais, para o exercício eficaz do fisco, a Metrópole montou barreiras nos caminhos de acesso às minas e proibiu a ocupação de certas áreas. Os Sertões de Leste integravam essas áreas e a vigilância exercida pelos índios sobre o rio Doce conformava-se aos interesses de controle metropolitano; desempenhavam eles agora fundionalidade nova, pois passam a servir de blindagem ao centro minerador. O diálogo entre os interesses de ordem local e os de ordem vasta tem seu início pela prevalência dos últimos sobre os primeiros: deixados em compasso de espera, os Sertões de Leste ficaram praticamente intocados até a segunda metade do século XVIII e, assim, a dinâmica de horizontalidades respira aí sem interferências da dinâmica de verticalidades porque é o isolamento espacial que quer esta última dinâmica.

3. O esgotamento das minas de ouro, as frustradas tentativas de descoberta de outros veios auríferos e as mudanças estruturais que ocorriam na esfera internacional com a consolidação do sistema capitalista sob a hegemonia inglesa pedem outra solução para a economia mineira. Em virtude desses condicionantes, novas relações socioespaciais com os Sertões de Leste se impõem nas primeiras décadas do XIX. As ações da Metrópole confluíram para colocar a economia mineira em contato com o mercado mundial, o que implicava a conquista e a abertura das áreas de floresta do sertão do rio Doce. Um patamar de novas disposições articula o território e, com isso, de guardiões das portas de acesso ao leste de Minas, os botocudos passam à condição de ocupantes indesejáveis. Ainda sobre a dominância dos interesses de ordem vasta, os Sertões de Leste, no calar da voz do ouro, saem do compasso de espera para cumprir papel ativo; seu isolamento espacial foi quebrado para atender aspirações outras da Metrópole.

4. No recorte temporal que vai dos primeiros anos do século XX até o final da década de 1950, várias atividades econômicas ganham corpo nos Sertões de Leste; todavia, os propósitos de ordem vasta ganham expressão territorial mais precisa no município de Governador Valadares. A Segunda Guerra enseja condições para o aumento da demanda da mica, e os agentes de ordem vasta assumem o controle sobre a exploração, o beneficiamento e a exportação desse mineral. Daí, mais uma vez, no município de Valadares, os propósitos das estruturas internas se vêm regidos pelos das estruturas externas nos anos 1940.

5. A década de 1960 assiste ao distanciamento dos interesses de ordem vasta no território de Valadares. A pecuária extensiva de corte e leite tomou o lugar das atividades conjuntas de exploração da mica, do carvão vegetal e da industrialização da madeira que assinalavam os anos 1950. Em fase de relativa estagnação, a economia valadarense viu ganhar expressão, na década de 1970, o setor de comércio e serviços que atendia e atende a uma demanda regional. Os interesses de ordem local são deixados à lógica interna de sua própria dinâmica sem que sinais de interesses de escala vasta se manifestem até os anos 1980.

6. Em meados da década de 1980, esse contexto local de tendências estagnantes busca articulação com as dinâmicas de escala vasta pela exportação de parte de sua mão de obra. Valadares e sua circunvizinhança tornaram-se epicentro da emigração internacional brasileira. Esse fluxo migratório para o exterior guarda estreita relação com a dinâmica do mercado imobiliário valadarense entre 1984 e 1993 - os investimentos realizados pelos emigrantes de Valadares em moeda estrangeira responderam por 36% do total de das operações imobiliárias nesse período. Se do recorte temporal que vai do século XVIII até metade dos anos 1980, os Sertões de Leste, e nele Valadares, constituíram objeto dos desígnios de ordem vasta, daí em diante é a ordem local que demanda a ordem vasta: de objeto, Valadares, torna-se, desde então, pela emigração internacional, "sujeito" de inserção subordinada no mercado de trabalho no exterior.

Enfim, a periodização que aflora do diálogo entre as aspirações de ordem vasta e de ordem local, entre mobilidades e territorializações nos Sertões de Leste deixa entrever uma modulação na esfera de dominância dessas duas ordens que sumariza a condição territorial: de objeto das verticalidades, de território dos interesses de ordem vasta, os Sertões, aliados desses interesses, passam a sujeito que busca na dinâmica das verticalidades sua inserção subalterna.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Gláucia. Estar aqui, estar lá... uma cartografia de vida entre dois lugares. Florianópolis: UFSC, 1995. 234f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- COSTA, Sérgio. Política para quem precisa de política: movimentos sociais urbanos, participação e democracia. 231f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. VARIA HISTORIA Belo Horizonte, vol. 24, n° 39: p.177-197, jan/jun 2008.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Bauru. EDUSC, 2005.
- FONSECA, Raymundo J. Figueira do Rio Doce: notas nativas de José Raymundo Fonseca. Governador Valadares: s.n., s.d.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Produto interno bruto de Minas Gerais: municípios e regiões 1985-1995. Belo Horizonte: FJP, 1996.
- GOULART, Robson, SALES, Teresa. América, país de imigrantes e as crescentes restrições aos imigrantes nos Estados Unidos. Travessia - Revista do Migrante. São Paulo, n.25, p.10-14, maio/ago. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM. Plano diretor de Governador Valadares. Governador Valadares, 1991. (Mimeogr.).
- MARGOLIS, Maxine L. Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994. 452p.
- MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 208p.
- MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasileiros no mundo. Brasília: Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf>> Acesso em: janeiro de 2013.
- NACIONES UNIDAS. Migración internacional y desarrollo. Nueva York: Sección de Reproducción de las Naciones Unidas, 1997.
- PHILO, Chris. História, Geografia e o Mistério ainda Maior da Geografia Histórica. In: GREGORY, Dereck et al. (Orgs.). Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cap. 9, p.269-298.
- REIS, José. Epistemologia do território. Estudos – Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2005, p. 51-74.
- SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999. 232p.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. A História na memória: uma contribuição para o ensino da História de cidades. Belo Horizonte: UFMG, 1988. 183p. (Dissertação, Mestrado em Educação).
- SOARES, Ruth. Memórias de uma cidade. Governador Valadares: S.A. Tribuna Fiel, 1983.
- SOARES, Weber. Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarensis. 1995. 178p.
- Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 344p. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- SOARES, Weber. As fronteiras epistemológicas entre Geografia e História e a travessia conciliadora na Geo-história da expansão marítima portuguesa. Geografia. Rio Claro, v. 38, n. 1, p. 37-53, jan./abr. 2013.
- VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. Memórias e histórias do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em Governador Valadares (1942-1960), 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6488080-Memorias-e-historias-do-servico-especial-de-saude-publica-sesp-em-governador-valadares-1942-1960-1.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015